



Texto Livre: Linguagem e Tecnologia
E-ISSN: 1983-3652
revista@textolivre.org
Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil

Diniz da Silva, Claudiene
O USO DO DATA SHOW NA DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR
Texto Livre: Linguagem e Tecnologia, vol. 6, núm. 1, enero-junio, 2013, pp. 6-17
Universidade Federal de Minas Gerais

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=577163626005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O USO DO DATA SHOW NA DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

Claudiene Diniz da Silva/Universidade Federal do Piauí

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo geral de apresentar uma pequena amostra sobre uso do *data show* na docência do ensino superior do Maranhão, tanto no ensino público como no privado. Nessa pesquisa buscou-se entender como se dá a utilização do *data show*, sua adequação ao conteúdo a ser ministrado, e também alguns dos erros mais recorrentes no uso desse equipamento. Para alcançar os objetivos propostos, fez-se um breve histórico do ensino superior no país, seguindo por uma explanação sobre características e funcionalidade do *data show* e, por fim, a apresentação da análise dos dados fornecidos pelos questionários. Os resultados da pesquisa mostram que o *data show* pode tornar as aulas mais dinâmicas e criativas, mas é preciso investir na formação do professor para utilizar bem esse recurso.

PALAVRAS-CHAVE: *Data show*. Docência. Ensino Superior.

ABSTRACT: This present article has the geral purpose to present a small sample about data show using in the higher education, in public and private education. In this research, we try understand how is the using of data show, it's adequacy to content and the wrongs most practice in the use of this equipment. To achieve the proposed objectives, it was a brief history of higher education in the country, followed by an explanation of features and functionality of the data show, and finally, the presentation of the analysis of the data provided in the questionnaires. The research's results show that data show can make lessons more dynamic and creative, but we need to invest in teacher training to use this feature as well.

KEYWORDS: Data show. Teaching. Higher education.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a tecnologia se desenvolveu consideravelmente, afetando todas as áreas da sociedade. Novas tecnologias de informação e comunicação foram criadas e inseridas no ensino superior, proporcionando modificações na elaboração, aquisição e transmissão de conhecimento. Também surgiram novas teorias sobre o processo de ensino-aprendizagem.

Entretanto, se de um lado novas tecnologias e teorias afirmam que a utilização de instrumentos tecnológicos facilita o ensino e a aprendizagem, do outro, o mau uso dessas tecnologias, por parte dos professores, faz com que o resultado seja contrário ao esperado.

No que diz respeito ao uso do *data show* na docência do ensino superior, os problemas se agravam, tendo em vista que, muitas vezes o professor, sem formação adequada, utiliza esse equipamento como elemento principal da aula.

Partindo do fato de que o *data show* já foi incorporado ao ensino superior, é preciso compreender como se dá a sua utilização, para que esta seja adequada ao conteúdo a ser ministrado e eficiente para a aprendizagem do aluno. A busca dessa compreensão é a justificativa para esse pesquisa, uma vez que o recorrente uso do *data show* na docência do ensino superior permite inúmeras possibilidades, como também pode causar problemas à aprendizagem dos alunos.

O tema propõe os seguintes questionamentos: como se dá o uso do *data show* na docência do ensino superior? Até que ponto, esse recurso audiovisual contribui e/ou atrapalha o processo de ensino aprendizagem? O que justifica a sua incorporação principalmente ao ensino superior?

Desta forma, o objetivo principal do presente artigo é apresentar uma breve análise sobre a relação entre o uso do *data show*, o ensino e a aprendizagem. Para isso, será feita uma análise das literaturas sobre instrumentos tecnológicos no ensino e também um resgate da história da educação superior brasileira, além das leis e órgãos públicos que regem o ensino e instruem sobre a utilização de recursos tecnológicos na educação. Para a análise, foram realizados questionários com nove professores que atuam no ensino superior público e privado do Maranhão.

Seguindo a classificação aplicada por Vergara (2003), a pesquisa se categoriza quanto aos fins como descritiva e explicativa e quanto ao meios como bibliográfica e de campo. É um estudo descritivo porque detalha o *data show*, desde a origem, função, benefícios e formas de uso até os transtornos que pode causar. Classifica-se com explicativa por buscar explicar qual a relação entre o uso desse equipamento e o processo de ensino- aprendizagem. Ao ser classificada como bibliográfica impõe a leitura e análise das diversas literaturas do tema proposto. Também é tido como estudo de campo pela necessidade de aplicação de questionários aos docentes.

O presente artigo, para alcançar os objetivos propostos, é composto por seções: a primeira é um breve histórico do ensino superior no Brasil; a segunda seção apresenta uma explanação sobre as leis que regem a educação superior do país, além de uma reflexão sobre as características do ensino superior público e privado; apresenta-se, na terceira seção, o *data show* para depois fazer uma relação entre este equipamento e o professor; na quarta e ultima seção, são apresentados os dados coletados através de questionários.

1 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O ensino superior no Brasil surge no começo do século XIXⁱ, com a fundação em 1920 da Universidade do Rio de Janeiro. Esse acontecimento, de acordo com Stallivieri (2006), deu origem a alguns momentos de suma importância para a história da educação superior brasileira.

Segundo Stallivieri (2006), as primeiras universidades estavam focadas mais no ensino do que na investigação, pois eram instituições extremamente elitistas, com forte orientação profissional.

O primeiro momento do ensino superior no Brasil, segundo Stallivieri (2006), é marcado por universidades que estavam focadas mais no ensino do que na investigação, pois eram instituições extremamente elitistas, com forte orientação profissional.

Já em um segundo momento, conforme a autora, entre os anos de 1930 (revolução industrial brasileira) a 1964 (início da ditadura militar), foram criadas mais de 20 universidades

federais no país, como a Universidade de São Paulo (USP) criada em 1934. Nesse período, ocorre uma grande expansão do sistema superior federal devido a contratação de vários professores europeus. É nessa época que também surgem as primeiras universidades religiosas (católicas e presbiterianas).

O terceiro momento da educação superior brasileira começa em 1968 com a Reforma Universitária, que se baseava na eficiência administrativa, estrutura departamental e na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão como mote das Instituições de Ensino Superior – IES.

Stallivieri (2006) afirma ainda que na década de 70, desenvolvem-se os cursos de pós-graduação no Brasil e a possibilidade de realização desses cursos no exterior, com a intenção de oferecer capacitação avançada ao corpo docente brasileiro. A partir dos anos 90, inicia uma nova fase para a educação superior brasileira com a Constituição de 1988 (BRASIL, 2000) e com a homologação de leis que começaram a regular esse nível de ensino.

A utilização de recursos tecnológicos acompanhou a história da evolução do ensino superior do país, que nos primeiros anos utilizava prioritariamente o livro. No processo de educação se adotou o quadro e o giz, posteriormente laboratórios, equipamentos audiovisuais (televisão, vídeo cassete, aparelho de som) e agora o *data show*.

1.1 Leis e normas que regem o ensino superior brasileiro

A estrutura e o funcionamento do ensino superior, segundo Neves (2006), são definidos e regidos pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases Nacional – LDBN (Lei Nº 9.394/96), assim como a Lei Nº 9.135/95, criadora do Conselho Nacional da Educação – CNE e de vários decretos, portarias e resoluções.

A Constituição de 1998 estabelece que o Estado deve garantir o acesso aos níveis mais elevados de ensino e pesquisa; que as universidades têm autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira ou patrimonial, obedecendo ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Determina ainda que a iniciativa privada pode ofertar o ensino superior, desde que sejam cumpridas as normas gerais da educação nacional e que a instituição seja aprovada pela avaliação de qualidade.

É estabelecido ainda pela Constituição Federal que o ensino deve ser ministrado com base nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; pluralidade de ideias, gestão democrática do ensino público e valorização dos profissionais do ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases Nacional (BRASIL, 1996) trata da educação superior no Capítulo IV, artigos 43º à 57º. Ela estabelece que a finalidade do ensino superior é

estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento; incentivar o trabalho de pesquisa científica; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos; suscitar o desejo de aperfeiçoamento cultural e profissional; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular, os nacionais e regionais; promover a extensão, dentre outros (NEVES, 2006, p. 20).

Neves (2006) também explicita que a LDBN fixou ainda regras para o funcionamento do ensino superior, dentre elas:

- A frequência obrigatória de alunos e professores nos cursos (exceto nos programas de modalidade de educação à distância – EAD);
- Seleção para o ingresso em universidades que consideram as orientações recebidas no ensino médio;
- Cursos noturnos nas instituições de ensino superior públicas;
- Período letivo equivalente a 200 dias;
- Fornecimento aos alunos, de informações obrigatórias de cada período;
- Exigência que os docentes do ensino superior tenham pós-graduação, com prioridade para mestrado e doutorado.

Já a Lei Nº 9.131/95 fixa as atribuições do Ministério de Educação e Cultura – MEC e do Conselho Nacional de Educação – CNE, das Câmaras de Educação Básica e Superior e institui ainda o Exame Nacional de Cursos – ENC, popularmente chamado de provão, tido como um procedimento de avaliação dos cursos de graduação, entre outras.

Segundo o MEC, esse provão é atualmente denominado ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), cujo objetivo é avaliar o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes, no que diz respeito aos conteúdos programáticos dos cursos nos quais estão matriculados. Em 2004, aconteceu a primeira aplicação do ENADE, que ocorre a cada três anos em cada área do conhecimento.

1.2 O ensino superior do Brasil: público versus privado

A história da educação brasileira é marcada por muitos conflitos entre o público e o privado. Isso acontece porque a legislação se contradiz, transformando a realidade do ensino em algo bem diferente do prescrito.

No art. 205, a Constituição promulga que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. No artigo seguinte, ela também garante a gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais. Além disso, a Constituição de 88 (BRASIL, 2000) define, no art. 209, que a oferta de ensino superior é livre à iniciativa privada desde que cumpra às normas estabelecidas.

Os conflitos se originam porque o Estado não atende a demanda de alunos e o ensino oferecido também não tem a qualidade mínima esperada, fazendo com que a educação pública seja desvalorizada perante a sociedade.

Contudo, vale ressaltar que essa opinião só é válida para a educação básica, pois em se tratando do ensino superior, o ponto de vista se inverte, já que as universidades públicas são mais valorizadas e dão maior *status* aos alunos e professores dessas instituições. Isso acontece, devido à dificuldade de aprovação nos processos seletivos das instituições públicas de ensino superior.

Além do *status*, o ensino superior público tem como vantagens: estabilidade de emprego para os professores, que podem se dedicar integralmente e receber melhores salários; alunos mais

comprometidos com os estudos e com mais oportunidades na área da pesquisa e extensão.

Em contrapartida, o ensino público não oferece vagas suficientes para a comunidade; é carente de recursos financeiros e de infraestrutura adequados; falta equipamentos e/ou bibliotecas estão defasados; há incerteza nos prazos para conclusão do curso, devido a constância de greves ou ausência de professores para determinadas disciplinas.

O ensino privado, por sua vez, oferece benefícios a seus professores (ex: plano de saúde); autonomia e flexibilidade na elaboração da grade curricular; acesso a melhor infraestrutura e equipamentos tecnológicos mais avançados e acessíveis. Entretanto, a permanência dos professores no emprego é instável, há a necessidade de se trabalhar em várias instituições, como também é menor a valorização do docente por parte do aluno, que se vê com um cliente. Outra desvantagem é o fato de que, como existe uma facilidade para ingressar, o nível de conhecimento dos alunos varia, dificultando a postura do professor e o desenvolvimento dos alunos, visto que, o docente precisa se adequar àqueles de nível de conhecimento mais baixo.

Portanto, tanto o ensino público como o privado apresentam prós e contras, e a utilização de recursos tecnológicos é um dos pontos determinantes na qualidade oferecida por este tipo de educação.

2 RECURSOS TECNOLÓGICOS: O DATA SHOW

O Ministério da Educação (2008) afirma que os recursos tecnológicos, devido à praticidade e as diversas opções de uso, tornaram-se instrumentos imprescindíveis para a realização das aulas no ensino superior. São eles: o quadro; o pincel (substituto do giz); o retroprojeto; o DVD (antigo videocassete); o computador e recentemente o *data show*.

Polito (1997) defende que a criação de recursos de comunicação como o papel (inventado em 105 d.C), o quadro de giz (1700), a televisão (1926), o projeto de transparências (1944) e o projeto de slides (1961), foram de suma importância para a transmissão do conhecimento.

Em 1980, quando ocorrem os avanços significativos na área da informática, abriu-se também espaço para a chamada tecnologia da informação, facilitando a transmissão de conhecimento e a qualidade do ensino.

Neste contexto, surgem novas teorias pedagógicas, defendendo a adoção de tecnologias no ensino. Estas, segundo Peres e Kurcgant (2004), permitem maior flexibilidade, criatividade, dinamicidade, interação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem.

Os recursos audiovisuais, na visão de Coscarelli (2002), estimulam os estudantes a desenvolverem habilidades intelectuais e de cooperação, pois há um maior interesse em aprender e em buscar informação sobre um determinado assunto. Para o docente, a mesma autora declara que esses dispositivos possibilitam acesso rápido à informações variadas, maior interação com os alunos e com a pesquisa.

Dentre os muitos recursos tecnológicos utilizados nas aulas de ensino superior, destaca-se o *data show*, instrumento que apesar do alto custo para a aquisição, teve seu uso aumentado consideravelmente nos últimos anos.

O *data show*ⁱⁱ, de acordo com Alecrim (2007), é um projetor de vídeo que permite a exibição da tela do computador (ou outro dispositivo) de maneira ampliada numa parede ou em um telão apropriado. Ele permite que todos os presentes no ambiente, possam assistir apresentações de slides, sequências de fotos, vídeos etc.



Figura 1: *Data show* e seu uso

Fonte: Elaborada pela autoraⁱⁱⁱ

Para Pazin Filho e Scarpelini (2007) e Scarpelini e Pazin Filho (2007), recursos audiovisuais, como o *data show*, facilitam o processo de ensino-aprendizagem na educação superior porque proporcionam maior retenção do conteúdo, haja vista que as pessoas absorvem informações preferencialmente pela visão. Estudos revelam que somos capazes de reter 10% do que lemos, 20% do que ouvimos, 30% do que vemos, 50% do que vemos e ouvimos e 80% do que vemos, ouvimos e fazemos.

Segundo Coscarelli (2006), alguns pesquisadores que declaram que a utilização desses recursos pode desviar a atenção dos alunos, mas tal autora ressalta que mais investigações são necessárias para comprovar tais declarações.

3 O PROFESSOR E O DATA SHOW

Com as transformações sociais no decorrer da história, as formas de lecionar e a figura do professor sofreram mudanças consideráveis. Dentre as elas, houve a necessidade de se fazer educação através de sons, imagens e textos, integrando os conteúdos às tecnologias multimidiáticas de forma lúdica e prazerosa.

A inserção das tecnologias na sala de aula não substituiu o professor, muito pelo contrário, ampliou as possibilidades da prática educativa desse profissional. Entretanto, a presença de recursos tecnológicos requereu uma nova postura do docente. De único detentor de conhecimento, que vai transmiti-lo para o aluno, o professor torna-se:

um estimulador ou incentivador no departamento da curiosidade da busca do aluno, na busca da construção de seu próprio saber, para a seguir, coordenar e transformar esse saber

em prática, com ética; e que estas tecnologias sejam ferramentas que favoreçam nossa transformação em pessoas ativas, permitindo-nos evoluir plenamente entre todos os conceitos modernos com essas tecnologias de apoio (BORDENAVE e PEREIRA, 2002, p. 32).

Todavia, para que o objetivo do professor seja alcançado, ele precisa estar preparado para utilizar e fazer bom uso dos equipamentos, ou seja, além de saber manusear, o docente deve empregá-los de forma adequada nas aulas, para que estes instrumentos facilitadores e enriquecedores não exerçam uma função contrária.

Ao fazer uso do *data show* nas aulas, o professor pode projetar os pontos mais importantes do conteúdo ministrado, exibir a internet em tempo real, filmes, figuras, sons. Em contrapartida, como afirma Neto (2010) o docente não deve se limitar ao que está sendo projetado pelo aparelho, como ficar a aula toda lendo aquilo que está na tela; não deve fazer dele um projetor de textos (principalmente os muito densos). Isso porque diminui o rendimento do discente, empobrece a aula e deixa a relação entre o professor e o aluno menos humanizada, tendo em vista que as discussões e debates sobre o conteúdo não acontecem.

4 UM RETRATO DO USO DO *DATA SHOW* PELOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR DO MARANHÃO

Para analisar o uso do *data show* na docência do ensino superior, elaborou-se um questionário com cinco perguntas (4 objetivas e 1 subjetiva) direcionadas aos professores que utilizam o recurso. Os nove^{iv} docentes selecionados trabalham em instituições públicas e privadas do Maranhão, como também ministram disciplina em cursos de pós-graduação^v. Os professores que responderam ao questionário concordaram em ceder tais informações para a pesquisa, assinando o termo para uso das informações.

A primeira pergunta do questionário (há quanto tempo o docente trabalha no ensino superior) tinha a intenção de verificar a experiência do profissional nesse tipo de ensino. Isso se mostra relevante porque, se a atuação do professor for maior do que 5 anos (quando este aparelho ainda não era utilizado nas aulas), pode-se presumir que o professor tem uma postura mais autônoma em relação à necessidade desse instrumento.

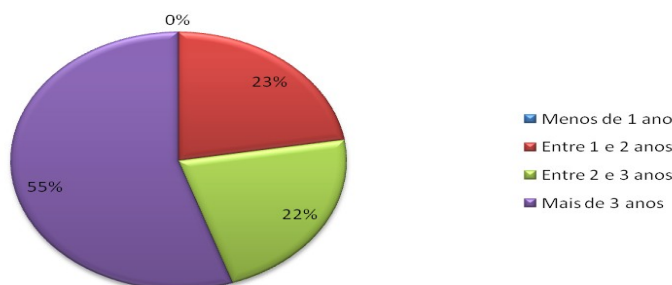


Gráfico 1: tempo de trabalho no ensino superior

Fonte: elaborado pela autora

O primeiro gráfico mostra que, dos professores entrevistados, 55,5% têm experiência profissional que precede o uso do *data show*. Já os grupos entre 1 a 3 anos de docência viveram o

processo de implementação e consolidação dessa tecnologia na sala de aula. Apesar dos dados não oferecem certezas absolutas, podemos inferir que aqueles que têm mais experiência, têm um desempenho que independe da utilização do *data show*. Por outro lado, pode-se dizer que, os professores que vivenciaram a inclusão desse recurso audiovisual, possuem um domínio maior, tendo em vista que estão mais adaptados às tecnologias.

Ao perguntar há quanto tempo o professor começou a utilizar o *data show* na sala de aula, intencionou-se medir desde quando esse instrumento foi incluído nas aulas do ensino superior maranhense. Confira o gráfico:

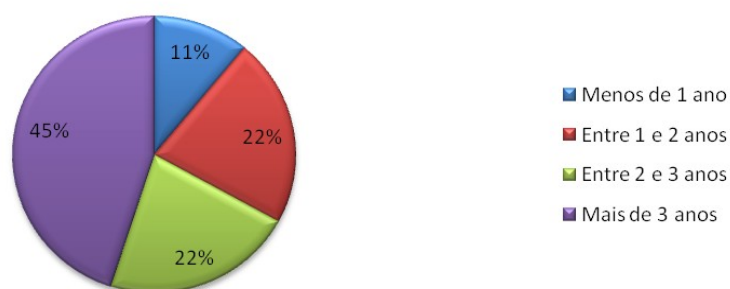


Gráfico 2: início do uso do *data show*
Fonte: elaborado pela autora

Os dados da Figura 3 mostram que o *data show* se faz presente a bastante tempo na docência superior maranhense, se compararmos isso ao tempo que o produto está disponível para o consumo. Ao fazermos um paralelo com a Figura 1, percebemos que os professores começaram a usar o recurso assim que ele estava disponível no mercado. E que a utilização dos dois grupos de percentual 22% está relacionada a inserção dos professores no ensino superior e não a falta do equipamento. Cabe ressaltar os 11%, que se refere a docentes do interior do estado, que apesar de conhecerem a tecnologia, só tiveram acesso ao equipamento a menos de 1 ano.

Também foi perguntado com que frequência o professor utiliza o *data show* na sala de aula. Os dados mostram que há um equilíbrio entre o uso na maioria e minoria das aulas, ou seja, 44%. Os professores que sempre usam o equipamento correspondem a 11% e não houve ocorrência do não-uso do aparelho. Isso mostra que, o *data show* já está incorporado à prática educativa do docente, independentemente da frequência do uso.

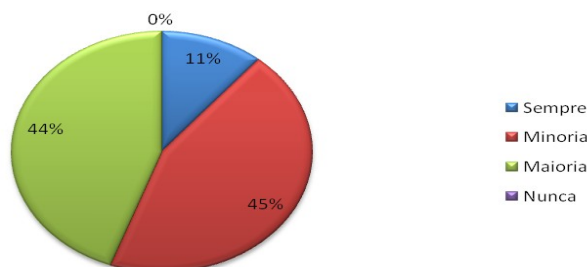


Gráfico 3: frequência de uso do *data show*
Fonte: elaborado pela autora

Ao saber que o *data show* se faz presente nas aulas, foi perguntado como ele é utilizado pelos professores durante as aulas. Vejamos o gráfico:

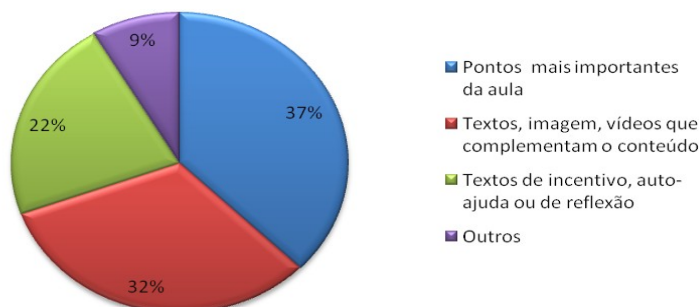


Gráfico 4: forma de utilização do *data show*

Fonte: elaborado pela autora

Todos os professores utilizam o *data show* para apresentar os pontos mais importantes da aula. Há 19% deles que projetam materiais que complementam o conteúdo ministrado como imagens (pinturas, charges, fotografias, desenhos, caricaturas), vídeos, textos etc. Há aqueles que apresentam textos de incentivo, reflexão e autoajuda, tentando assim estabelecer uma relação mais humanizada com os alunos. Embora a intenção seja boa, a utilização desse tipo de texto não deve servir para cumprir a carga horária ou simplesmente passar o tempo.

A última pergunta do questionário, de caráter subjetivo, consistia em saber quais as contribuições e os transtornos que o *data show* trouxe para o ensino superior. Sobre as contribuições, grande parte dos professores afirmou que o equipamento deixa as aulas mais motivadoras e mais criativas; dá mais clareza à explicação porque os pontos mais importantes da aula já estão listados; o aluno se concentra mais, logo aprende melhor.

Os pontos negativos apresentados foram os possíveis problemas técnicos do aparelho, desfazendo o planejamento de aula e o uso exacerbado e inadequado do instrumento. Alguns dos professores entrevistados afirmaram que há profissionais que se acomodam com a presença do *data show*, tornando a aula um momento de leitura de slides, sem diálogo e reflexão.

Apesar da pequena amostra, os dados demonstram aspectos variados sobre o uso do *data show* na docência do ensino superior e, ao mesmo tempo, resultados equilibrados, possibilitando uma reflexão multilateral sobre o tema proposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os recursos audiovisuais, com destaque para o *data show*, vêm sendo utilizados em larga escala no ensino superior, seguindo as recomendações do MEC e contribuindo para a docência, cujo o histórico é marcado pela inserção de recursos e tecnologias que ampliam as formas de ensinar, tornando-as mais criativas e prazerosas.

Ressalta-se que o uso do *data show* deve levar em consideração o planejamento de cada disciplina e que, independente do aparelho, o mais importante é o conteúdo aplicado e a metodologia aplicada pelo professor em sala de aula. É fundamental que o docente se conscientize que os recursos tecnológicos são meios, que dependem do professor, e que como qualquer outra ferramenta podem apresentar defeitos. Além disso, sua utilização não deve ser excessiva, para não

prejudicar o aluno.

Portanto, além de fazer capacitações para o manuseio de novas tecnologias, também é preciso investir em metodologias voltadas para o conteúdo e para as necessidades dos alunos, tendo em vista uma formação intelectual de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALECRIM, Emmerson. Projetores de vídeo: principais características. *InfoWester* [página de internet]. 2007. Disponível em: <<http://www.infowester.com/projetores.php>>. Acessado em: 15 mar. 2011.

BORDENAVE, Juan; PEREIRA, Adair. M. *Estratégias de ensino-aprendizagem*. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. *Enade*. Brasília: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=313>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394/96. Brasília: Imprensa Oficial, *Diário Oficial*, v. 134, n. 248, 1996.

COSCARELLI, Carla Vianna. A informática na escola. *Revista Viva Voz*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2002.

COSCARELLI, Carla Vianna (Org.). *Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros Curriculares Nacionais: linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. *Universidade e formação de professores: uma perspectiva integradora. A Universidade de Educação, de Anísio Teixeira*. Tese de Doutorado, Departamento de Educação da PUC-Rio, 1993.

NETO, Inácio Feitosa. O professor data-show. *Rede escola* [página de internet]. 2010. <http://www.medio.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=951&Itemid=39>. Acesso em: 26 fev. 2011.

NEVES, Clarissa E. B. *A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil*. São Paulo: Cortez/CNPq. 2006.

PAZIN FILHO, Antonio; SCARPELINI, Sandro. *Estrutura de uma aula teórica I: conteúdo*. Medicina, Ribeirão Preto. v. 40, n. 1, jan./mar. 2007.

PERES, Heloisa Helena Ciqueto; KURCGANT, Paulina. O ser docente de enfermagem frente a informática. *Rev. Latino-am Enfermagem*. Ribeirão Preto. v.12, n.1, jan./fev. p. 101-108. 2004.

POLITO, Reinaldo. *Recursos Audiovisuais nas Apresentações de Sucesso*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

SCARPELINI, Sandro; PAZIN FILHO, Antonio. *Estrutura de uma aula teórica II: forma*. Medicina, Ribeirão Preto. v.40, n.1, jan./mar. 2007.

STALLIVIERI, Luciane. *O sistema de ensino superior do Brasil: características, tendências e perspectivas*. Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais: Universidade de Caxias do Sul/RS, 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 2003.

- i Não será abordado o ensino superior que precede esse período devido à falta de sistematização, articulação entre disciplinas e um plano curricular do ensino nessa época.
- ii O *data show* também é denominado como projetor multimídia, mas como o primeiro termo é mais recorrente, adotamos tal nomenclatura nesse artigo.
- iii Montagem realizada com imagens extraídas da internet, do site de busca *Google Imagens*.
- iv Embora nove seja um número pequeno para fazer afirmação sobre o uso do *data show* na docência do ensino superior, a pretensão dessa pesquisa é apresentar uma “breve” análise sobre o tema em questão.
- v Todos os nove docentes que participaram da pesquisa possuem vínculo tanto no ensino superior público, quanto no privado. Foram selecionados aqueles docentes que não mantinham vínculo de dedicação exclusiva a uma IES pública. Assim, os mesmos professores, poderiam relatar experiências de duas realidades distintas.